



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 236/2011

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Futsal de Umuarama – AFSU, com sede e foro no Município de Umuarama.

Art. 1º- Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Futsal de Umuarama – AFSU, com sede e foro no Município de Umuarama.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR






COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 287/2011

Súmula: Declara de utilidade pública o Instituto Eurobase, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 1º- Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Eurobase, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 306/2011

Súmula: Declara de utilidade pública a
Associação Estrela da Manhã.

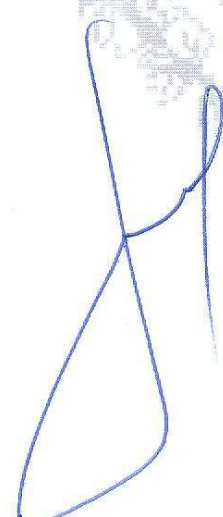
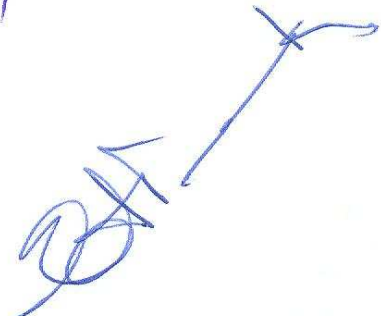
Art. 1º- Fica declarada de Utilidade Pública a **Associação Estrela da Manhã**, com sede no Município de São Sebastião da Amoreira e foro na Comarca de Assaí.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D.L.
12135
Fls. 01

Projeto de Lei N.º 247/11

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:



Súmula: Inclui no Calendário Oficial do Estado o "Dia da Revolta dos Posseiros do Sudoeste do Paraná", a ser comemorado anualmente no dia 10 de outubro.

Art. 1º Fica incluído no Calendário Oficial do Estado do Paraná o "Dia da Revolta dos Posseiros do Sudoeste do Paraná", a ser comemorado anualmente no dia 10 de outubro.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, de março de 2011.

ADEMAR TRAIANO
Deputado Estadual

ANIBELLI NETO
Deputado Estadual

15:56 29/03/2011 001541 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
JUSTIFICATIVA

Decreta:

Na década de 1950, o sudoeste paranaense foi palco de intenso conflito pela posse da terra, envolvendo posseiros, companhias colonizadoras e o poder público. O conflito estendeu-se pelos atuais municípios de Capanema, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Pato Branco, Pranchita, Santo Antonio do Sudoeste e Verê e teve origem na disputa jurídica pela posse da Gleba Missões e parte da Gleba Chopim.

Os posseiros eram alvos tanto das companhias grileiras quanto daqueles que reclamavam a titulação das terras. As companhias passaram a atuar de forma bastante agressiva e violenta contra os posseiros, contratando jagunços fortemente armados de fora da região para fazer os posseiros assinarem os contratos de compra das posses que ocupavam, sendo que os que se negassem sofriam violência. As ações dos jagunços eram violentas e resultavam em estupros, espancamentos, incêndios, depredações e até mesmo mortes.

Na época, o então Deputado Estadual Antonio Anibelli, defensor dos posseiros e favorável às suas reivindicações, demonstrou a gravidade do problema em discursos na tribuna da Assembléia Legislativa e percorreu a região explicando a situação aos posseiros e aconselhando-os para não assinarem o contrato.

Em 1957, colonos e posseiros organizaram diversas estratégias de resistência e luta às investidas de jagunços contratados pelas companhias grileiras. Em outubro daquele ano, colonos e posseiros se organizaram em um conflito armado, tomaram as suas cidades e expulsaram as companhias de terras e os jagunços, além de exigir a designação de novas autoridades municipais.

O levante se iniciou no dia 09 em Pato Branco e o ápice da revolta ocorreu no dia 10 de outubro em Francisco Beltrão, quando ocorreu um movimento reunindo cerca de seis mil pessoas. Comércio e indústria foram fechados como forma de protesto às violências das companhias. Foi organizada uma comissão para controlar a situação,



as estradas foram bloqueadas, o campo de aviação foi impedido com toras e tomou-se conta das cidades.

Os líderes do levante fizeram uma série de exigências ao Chefe de Polícia para solucionar o impasse: substituir o delegado, exonerar o promotor, transferir o juiz, tirar a polícia, não reabrir os escritórios das companhias e não processar os posseiros pela participação na revolta. Todas as exigências foram atendidas.

Devido à repercussão da revolta e sabendo da gravidade da condição dos posseiros, no dia 17 de março de 1962 o então presidente João Goulart esteve na região, acompanhado do Governador Ney Braga, buscando resolver definitivamente a situação. Abriram um processo de legalização das terras do Sudoeste, promulgando o Decreto 51.431 de 19/03/1962, que criava o Grupo Executivo de Terras para o Sudoeste do Paraná (GETSOP). Tal grupo implantou, durante 12 anos de trabalhos, a paz e o bem-estar na região, concedendo aos posseiros o tão sonhado título de propriedade de suas terras.

A Revolta dos Posseiros de 1957 não se tratou de um movimento social organizado, permanente, com projeto político e diretrizes de ação, mas também não representou apenas uma forma simplificada de descontentamento popular que sofreu ou resultou em ações violentas. Foi um grupo de pessoas que vivenciou e partilhou experiências comuns e, a partir disso, sentiu e articulou a identidade de seus interesses entre si contra outros que tinham interesses contrários aos seus.

Em reconhecimento à luta do povo paranaense da época é que proponho o presente Projeto de Lei, contando com o apoio dos Nobres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, de março de 2011.

ADEMAR TRAIANO
Deputado Estadual

ANIBELLI NETO
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 247/11

Projeto de Lei nº 247/11

Autores: Deputados Estaduais Ademar Traiano e Anibelli Neto

Súmula: Inclui no Calendário Oficial do Estado o "Dia da Revolta dos Posseiros do Sudoeste do Paraná", a ser comemorado anualmente no dia 10 de outubro.

EMENTA: INTITUI O DIA DA REVOLTA DOS POSSEIROS. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 e 190 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Ademar Traiano e Anibelli Neto, objetiva instituir o Dia da Revolta dos Posseiros do Sudoeste do Paraná, a ser comemorado no dia 10 de outubro de cada ano.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

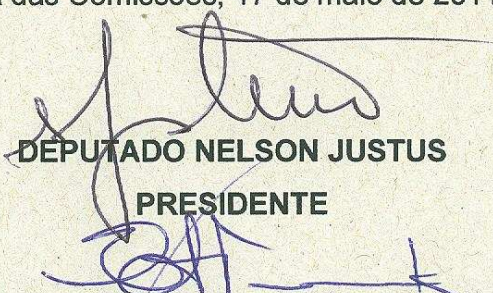
Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça,
ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos
casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



Projeto de Lei nº 323/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 18 ABR. 2011

1º Secretário

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

DECRETA:

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Vila Rural Fiorenço Baréa de Cidade Gaúcha-PR.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Vila Rural Fiorenço Baréa de Cidade Gaúcha-PR, estabelecida na Vila Rural Fiorenço Baréa, na Zona Rural no município de Cidade Gaúcha.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de abril de 2011.


FERNANDO SCANAVACA
Deputado Estadual - PDT



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 323/2011

Projeto de Lei nº. 323/2011

Autor: Deputado Estadual Fernando Scanavaca

Súmula: Declara de Utilidade Pública a
**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA
RURAL FIORENÇO BARÉA DE CIDADE
GAÚCHA – PR.**

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
– LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA
FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Fernando Scanavaca, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA RURAL FIORENÇO BARÉA DE CIDADE GAÚCHA – PR**, com sede e foro no Município de Cidade Gaúcha.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

No entanto, tendo em vista que **a sede e o foro** da Associação que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual é no "Município de Cidade Gaúcha", bem como ausente a sigla "**AVIFIB**", consoante o respectivo Estatuto Social, sugere-se a **Emenda Modificativa** em anexo, com a finalidade de adequar o nome da mesma constante na Súmula e no artigo 1º, com fulcro no artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** na forma da **Emenda Modificativa** em anexo.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 2011.



DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE



DEPUTADO DUILIO GENARI

RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 323/11

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:




"Súmula: Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA RURAL FIORENÇO BARÉA – **"AVIFIB"**, com sede e foro no Município de CIDADE GAÚCHA – PR".

"Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA RURAL FIORENÇO BARÉA – **"AVIFIB"**, estabelecida na Vila Rural Fiorenço Baréa, com sede e foro no Município de Cidade Gaúcha – PR.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

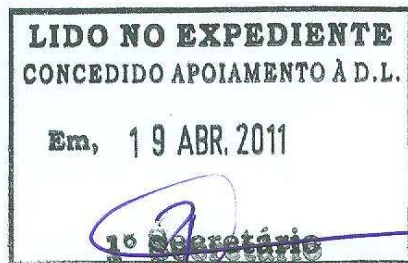


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



PROJETO DE LEI Nº 339/11



SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a **Associação Rádio Comunitária Novo Cerro Azul**, com sede e foro no município de Cerro Azul.

Art. 1º -Fica declarada de Utilidade Pública a **Associação Rádio Comunitária Novo Cerro Azul**, com sede e foro no município de **Cerro Azul**.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 2011.

TONINHO WANDSCHEER
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

A Associação Rádio Comunitária Novo Cerro Azul, com sede no município de Cerro Azul, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, tendo por finalidade dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade, oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, e o convívio social, prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão, manter a divulgação de programas de caráter educativo, filantrópico, cultural, histórico, recreativo, religioso, informativo, ecológico, de lazer, esportes e jornalístico.

A documentação anexa ao presente demonstra que a instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, e demais dispositivos aplicáveis à matéria, merecendo portanto o apoio dos nobres pares desta Casa à sua aprovação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 339/2011

Projeto de Lei nº. 339/2011

Autor: Deputado Estadual Toninho Wandscheer

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA NOVO CERRO AZUL**, com sede e foro no Município de Cerro Azul.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
– LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Toninho Wandscheer, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA NOVO CERRO AZUL**, com sede e foro no Município de Cerro Azul.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

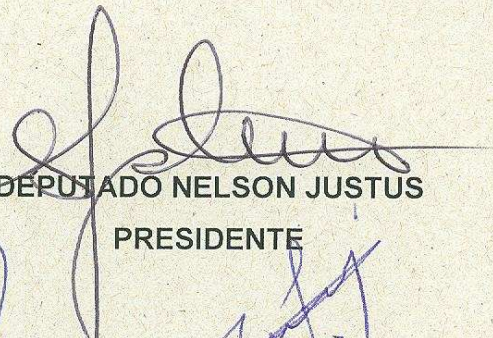


Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DUILIO GENARI
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Cívico Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 348/11




SÚMULA: Fica declarado de utilidade pública estadual o Goioerê Bicycross Club com sede no município de Goioerê.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual o Goioerê Bicycross Club com sede no município de Goioerê.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 26 de abril de 2011.


JONAS GUIMARÃES
Deputado Estadual

15:17 26/04/2011 002292 DV ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Cívico Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

Referida entidade filantrópica, possui como finalidade principal a integração social entre jovens e adolescentes através da prática do esporte.

O trabalho é realizado através de ações de orientação através de palestras, vídeos e acompanhamento psicológico e médico.

A associação também desenvolve trabalho assistencial aos jovens carentes.

Portanto, a declaração de utilidade pública estadual terá uma grande importância para o desenvolvimento das ações da associação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 348/2011

Projeto de Lei nº. 348/2011

Autor: Deputado Estadual Jonas Guimarães

Súmula: *Declara de Utilidade Pública Estadual o*
GOIOERÊ BICICROSS CLUB, *com sede no*
Município de Goioerê.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 6.994/78 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA
FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Jonas Fabrício, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **GOIOERÊ BICICROSS CLUB**, *com sede no Município de Goioerê.*

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

No entanto, tendo em vista que o foro da Entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual também é no "Município de Goioerê", consoante o respectivo Estatuto Social, sugere-se a **Emenda Modificativa** em anexo, com a finalidade de adequar o nome da mesma constante na Súmula e no artigo 1º, com fulcro no artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** na forma da **Emenda Modificativa** em anexo.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI

RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 348/11

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

"Súmula: Declara de Utilidade Pública o GOIOERÊ BICICROSS CLUB, com sede **e foro** no Município de Goioerê.

"Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o GOIOERÊ BICICROSS CLUB, com sede **e foro** no Município de Goioerê.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 2011.



DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE



DEPUTADO DUÍLIO GENARI

RELATOR